



# O CAPITAL CHINÊS NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: NOVO PADRÃO DE INVESTIMENTOS NOS CERRADOS DO CENTRO- NORTE (MATOPIBA)

Paloma Cristina Costa Guitarrara Furtado <sup>1</sup>

## RESUMO

A China teve o seu papel na Economia Mundo ressignificado a partir dos anos 1980, e em especial com as políticas do período pós-crise econômica mundial de 2008. Na medida em que as transformações ocorriam no país asiático, a sua relação para com as demais nações seguia também por novos caminhos. No Brasil, houve um aumento da demanda por produtos agrícolas na primeira metade dos anos 2000, com participação crescente nas exportações dos produtos oriundos das áreas de fronteira agrícola, como a região do MATOPIBA. A nova política chinesa de investimentos no pós-crise voltou o interesse das empresas para a infraestrutura logística com o propósito de garantir a eficácia do escoamento de commodities, tendo no MATOPIBA um grande campo de atuação. O presente artigo tem como objetivo analisar a brevemente a reconfiguração do papel da China na Economia Mundo e identificar como esse processo se reproduziu na região do MATOPIBA através dos investimentos diretos.

**Palavras-chave:** Fronteira agrícola, MATOPIBA, China, Investimento estrangeiro, Infraestrutura.

## ABSTRACT

China had its role in the World Economy re-signified from the 1980s onwards, and especially in the period after the world economic crisis in 2008 through new foreign investment policies. As the transformations took place in the Asian country, its relationship with other nations also continued down new paths. In Brazil, there was an increase in demand for agricultural products in the first half of the 2000s, with a growing share in exports of products from agricultural frontier areas, such as the MATOPIBA region. The new Chinese investment policy in the post-crisis focused companies' interest in logistics infrastructure with the purpose of guaranteeing the efficiency of the flow of commodities, with MATOPIBA having a large field of action. This article aims to briefly analyze the reconfiguration of China's role in the World Economy and identify how this process was reproduced in the MATOPIBA region through direct investments.

**Key words:** Agricultural frontier, MATOPIBA, China, Foreign investment, Infrastructure.

## INTRODUÇÃO

Os territórios chinês e brasileiro passaram por profundas transformações na segunda metade do século XX, ambos orientados pela ação do Estado e que resultaram em um quadro de reestruturação produtiva do território, impactando de forma direta na sua economia. No caso

---

<sup>1</sup> Doutoranda do curso de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), [paguitarrara@hotmail.com](mailto:paguitarrara@hotmail.com).



chinês, houve uma verdadeira ressignificação do papel desempenhado pelo país na Economia Mundo, passando de uma nação isolada à posição de protagonismo.

A China experimentou, entre as décadas de 1950 e 1960, um impulso à industrialização e o estabelecimento de uma divisão territorial do trabalho entre as áreas urbanas e rurais, ao mesmo tempo em que se processou a reforma agrária. A década de 1970 foi marcada por uma série de reformas que se utilizaram das bases estabelecidas nos anos anteriores. A partir dos anos 1980, a industrialização aumentou seu ritmo em consonância com a urbanização, ao mesmo tempo em que se processou a abertura econômica do país. A China foi, com isso, galgando posições no cenário econômico internacional e se consolidando como um dos principais *players* na Economia Mundo já no período de transição entre a década de 1990 e início dos anos 2000, quando é possível observar um incremento no volume de capitais que saem do país asiático na forma de investimento estrangeiro direto em direção a outras nações. A recolocação da China no cenário econômico internacional fica ainda mais clara com a adesão do país à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 e a adoção oficial de políticas de internacionalização.

A reestruturação produtiva que teve lugar no Brasil se expressou notadamente a partir do seu espaço agrário, o que resultou na expansão da fronteira agrícola e no estabelecimento de novas áreas produtivas através de um processo de modernização conservadora. O aparato técnico-normativo que se instalou a partir do final da década de 1960 aliado às políticas voltadas à maior ocupação do interior do país e aos incentivos governamentais destinados a um determinado grupo de produtores rurais durante a década de 1970 ocasionaram um intenso fluxo em direção às áreas de Cerrado no Norte e Nordeste do Brasil, mais precisamente para o sul do Maranhão, sudeste do Piauí, norte do Tocantins e oeste da Bahia. A diversificação da dinâmica territorial e produtiva nessas áreas, que se deu, então, a partir da incorporação de um novo modelo técnico-produtivo, levou à formação do que Elias (2015) denominou de região produtiva do agronegócio (RPA), a qual recebeu, mais tarde, o nome de MATOPIBA.

O MATOPIBA e a China se entrecruzam na medida em que há um crescimento da demanda por produtos de origem agrícola pelo país asiático, fruto dos processos de desenvolvimento interno que estavam em curso, e a sua produção doméstica já não era mais suficiente para atendê-la, sendo necessário ampliar as importações. Esse processo é facilitado a partir de 2001, quando o quadro de empresas presente na China se amplia, e as multinacionais do agronegócio passam a integrar o espaço produtivo chinês. O Brasil se tornou, nesse sentido, um dos principais fornecedores de commodities agrícolas para a China na América Latina, sendo a soja o carro-chefe das exportações. Os estados do MATOPIBA, apesar de não serem



os maiores exportadores nacionais, têm a China como o seu principal parceiro comercial. Levando em consideração os investimentos estrangeiros diretos, empresas chinesas também passaram a desempenhar um papel importante na região, ganhando cada vez mais relevância no seu dinamismo espacial.

O desenrolar das relações entre MATOPIBA e China pode ser dividido em etapas que compreendem focos distintos dos investidores chineses, primeiro na compra de terras e depois nos investimentos diretos em projetos na região, todos permeados pelo interesse na aquisição de commodities agrícolas. Na última década, mais especificamente após o ano de 2010, observou-se uma mudança no padrão de ingresso do capital chinês naquela região, o que ocorreu em função de fatores estruturais inerentes à China e fatores conjunturais externos, qual seja a crise econômica que eclodiu em 2008. A partir de então, a reorientação dos investimentos chineses no espaço agrário brasileiro e, especificamente no MATOPIBA, passa da aquisição de propriedades com o propósito produtivo para o desenvolvimento de projetos no setor de transportes e infraestrutura de um modo geral.

Nesse sentido, o presente artigo tem como principal objetivo analisar os investimentos chineses na região do MATOPIBA no período que se estende entre 2010 e 2019. Em um primeiro momento, pretende-se elaborar uma breve retomada das relações entre a China e a região, indicando as transformações no padrão de ingresso do capital chinês no MATOPIBA até o momento de virada que estamos aqui identificando como sendo uma nova fase de investimentos. Para isso, levaremos em consideração a aquisição de commodities, a compra de terras e o IED propriamente dito. Em um segundo momento, iremos nos aprofundar nos investimentos em infraestrutura, identificando os principais empreendimentos em fase de execução ou programados para acontecer naquela região. Por fim, em vias de conclusão, faremos uma breve discussão a respeito dos impactos desses projetos para a dinâmica espacial dos Cerrados do Centro-Norte.

## **METODOLOGIA**

O recorte espacial selecionado para o presente trabalho é a região do MATOPIBA, que também chamamos de Cerrados do Centro-Norte, conforme a nomenclatura adotada em Alves (2015). A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma extensa revisão bibliográfica das temáticas abordadas, em especial o desenvolvimento econômico da China a partir da década de 1970 e o seu processo de abertura ao exterior e reinserção na Economia Mundo, o que nos auxiliou na compreensão da sua crescente demanda por produtos agropecuários e no



estreitamento de laços para com os países latino-americanos, com destaque para o Brasil. Para além disso, debruçamo-nos sobre autores que se dedicaram ao entendimento das relações sino-brasileiras, por um lado, e, por outro, do processo de reestruturação produtiva que decorreu no Brasil na segunda metade do século XX, o que nos permitiu vislumbrar o ganho de importância dos Cerrados do Centro-Norte como escoadora de grãos para a China e, mais tarde, como receptora de investimentos diretos em setores variados, especialmente de infraestrutura logística.

Posteriormente, foi realizado o levantamento de dados a partir de fontes oficiais brasileiras como o sistema AGROSTAT, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e o COMEXSTAT, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Para as informações referentes aos investimentos estrangeiros, foi realizada a consulta a noticiários locais, aos boletins do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e ao monitor de investimentos da Rede Acadêmica da América Latina e Caribe sobre a China (Red-ALC).

## REFERENCIAL TEÓRICO

A reestruturação produtiva do território brasileiro que teve lugar a partir de meados da década de 1970 é um tema que já foi abordado a partir de diversas perspectivas no escopo da Geografia Regional e da Geografia Agrária. Para a composição do presente artigo, tomando como base um dos nossos trabalhos previamente desenvolvidos em Furtado (2019), apoiamonos na concepção de Elias (2015) a respeito das regiões produtivas do agronegócio ou RPAs, como denominado pela autora, e também na proposta de regionalização trazida por Alves (2015) que define a região dos Cerrados do Centro-Norte do Brasil, a que vamos nos referir também como sendo o MATOPIBA.

Conforme escrito por Elias (2015), a reestruturação produtiva do agronegócio condicionou mudanças significativas nos espaços urbanos e principalmente agrícolas. Nestas últimas áreas, tais transformações suscitaram um processo de regionalização que, por sua vez, condicionou o aparecimento de novos espaços únicos, os quais reúnem elementos que são característicos tanto das cidades quanto do campo, tornando-se verdadeiros híbridos (ELIAS, 2015, p. 27). As regiões produtivas do agronegócio surgem como áreas interconectadas com o agronegócio global e com as cadeias produtivas do circuito superior da economia (ELIAS, 2015 *apud* ELIAS, 2007), seguindo uma lógica racional de produção e ordenamento espacial que é ditada a partir dos agentes externos.



Nesse sentido, estamos considerando aqui a China como um dos agentes externos que interferem na RPA de estudo e ditam, em especial, o ritmo da produção daquele conjunto de municípios que conformam a região dos Cerrados do Centro-Norte ou MATOPIBA. Ressalta-se que quando tratamos aqui da China, estamos nos referindo à ação por intermédio das empresas estatais centrais, que são aquelas empresas que atuam em setores estratégicos como de fornecimento de matérias-primas para a indústria alimentícia, de infraestrutura espacial e geração de energia elétrica, por exemplo, e demais estatais que passaram a atuar no Brasil principalmente a partir do período que vai de 2010 a 2014.

Levando em conta ainda a descrição de região produtiva do agronegócio, Elias (2015) destaca que essas áreas “devem ser estudadas como lugares funcionais de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da produção de importantes commodities” (ELIAS, 2015, p. 29), e por essa razão adotamos a concepção da autora em nosso trabalho. A região de estudo tem como carro-chefe de sua produção agrícola a soja, oleagionosa que é um dos principais interesses dos importadores chineses no espaço agrário brasileiro. Para além disso, muitos dos investimentos dos quais falaremos no artigo são direcionados ao circuito espacial produtivo das *commodities* agrícolas desenvolvidas na região e que impactam diretamente as áreas nas adjacências e, da mesma forma, favorecem o escoamento de produções de outras regiões do país, notadamente oriundas das regiões Centro-Oeste e Norte. Como exemplo dessa correlação temos o corredor logístico do Arco Norte, cujos aspectos principais e sua importância para o estudo dos investimentos chineses no MATOPIBA serão abordadas no item dedicado à discussão principal.

Como resultado da referida reestruturação produtiva do território nacional levada a cabo na segunda metade do século XX, temos o avanço da fronteira agrícola brasileira para o interior das áreas de cerrado que recobrem parte dos estados das regiões Norte e Nordeste do país. À maneira como é definida por Martins (2019), a fronteira nesse caso se estabelece como uma área de contato de realidades opostas e de conflitos propriamente ditos, notadamente no que diz respeito aos diferentes modelos produtivos que são desenvolvidos por agentes com interesses que são, na maioria das vezes, contrastantes e até mesmo excludentes. A chegada de uma nova realidade pautada pelos padrões produtivos da agricultura moderna e mecanizada derivada da Revolução Verde e guiada por monocultivos como o da soja, principalmente, deu origem a uma nova região produtiva do agronegócio nessas áreas. Formou-se, assim, o que Alves (2015) denominou de região dos Cerrados do Centro-Norte do Brasil, que são uma área contígua formada por municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.



Não obstante o fato de que esses municípios respondem pela maior parcela da produção engendrada na região, para o presente trabalho estamos levando em consideração os estados em sua totalidade. Isso porque muitos dos investimentos com participação do capital chinês e que impactam direta ou indiretamente a produção dos Cerrados do Centro-Norte estão situados em outras áreas que fogem aos limites dessa região, como é o caso dos empreendimentos em logística portuária e ferroviária. Além do mais, conforme pudemos concluir em Furtado (2019), a produção dos municípios dos Cerrados do Centro-Norte não somente equivalem à maior parcela da produção do conjunto de estados em questão, mas orientam o padrão produtivo daquela região e respondem pela maior parte da demanda chinesa por *commodities* agrícolas, principalmente de soja, milho, algodão e, em menor escala, de carne bovina.

Pensando agora nos investimentos de empresas chinesas no campo brasileiro e na sua participação direta na nossa região selecionada para estudo, temos inúmeros autores que se dedicam ao estudo analítico do fluxo de entrada de capitais chineses no país, em especial no espaço agrário, o fazem a partir de uma divisão periódica. Nesse sentido, apoiamo-nos em Oliveira (2015) e Escher et. al. (2018), que estabelecem ao menos duas etapas distintas no que diz respeito ao interesse chinês pela produção agrícola brasileira, em especial a de soja, e as diferentes formas de influxo do capital na sua cadeia produtiva.

Em um primeiro momento, além da compra direta das *commodities* agrícolas, há também uma tentativa de se integrar o mercado de terras através da aquisição de propriedades, o que perdura até 2012 aproximadamente. A partir de então, as mesmas empresas que se voltavam à atuação nas etapas iniciais da produção, mudam seu foco apenas para a compra do produto em função, principalmente, da legislação de aquisição de terras por estrangeiros no Brasil, que passou por alterações em 2010. O segundo momento tem início em 2012 e se intensifica a partir de 2014, sendo marcado pela maior participação das empresas do setor logístico e de transportes nas regiões produtivas do agronegócio como o MATOPIBA, demonstrando grande interesse no aumento da eficácia do escoamento do produto e, assim, na maior rapidez do abastecimento do mercado chinês.

O novo padrão de atuação dos investidores e empresas chinesas observado no espaço agrário brasileiro a partir da década de 2010 não é um caso isolado. Pelo contrário, a estratégia adotada integra nova política de inserção internacional chinesa chamada de *Going Global 2.0*, repetindo a bem sucedida *Going Global 1.0*, que se deu no início dos anos 2000. O seu emprego e reformulação ocorreram por dois motivos principais. O primeiro deles diz respeito ao esgotamento do modelo de desenvolvimento que estava até então em vigor e que concentrava



os esforços e investimentos governamentais no setor de infraestrutura, o que acabou por criar uma grande capacidade ociosa na indústria da construção civil e dos transportes. Em segundo lugar, conforme explica Hiratuka (2018), estava a crise econômica que se instalou no ano de 2008 em escala mundial e exigiu uma tomada de decisão do governo chinês para refrear a espiral descendente em que a economia do país havia entrado.

Assim, a solução encontrada foi o redirecionamento da capacidade ociosa anteriormente mencionada para outros territórios, empregando-a em empreendimentos como a Iniciativa *Belt and Road* (BRI, em inglês), nos continentes africano e asiático, e em diversos projetos de infraestrutura na América Latina, o que inclui o Brasil. Destaca-se que isso é possível pelo fato de a maioria das empresas chinesas empenhadas nessa missão serem estatais ou semi-estatais. Nosso trabalho se guia a partir de ambas as discussões, colocando o MATOPIBA como um dos receptáculos dos investimentos chineses nessa etapa mais recente, sem deixar de lado os impactos de médio e longo prazo para o território e, mais importante, para aqueles que nele vivem.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO: REINSERÇÃO DA CHINA NO ESPAÇO-MUNDO E OS NOVOS INVESTIMENTOS NOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE (MATOPIBA)**

A China se reintegrou ao sistema econômico global mediante a realização de intensas reformas que decorreram principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder. As medidas de abertura econômica colocadas em prática nos anos subsequentes transformaram profundamente a estrutura econômica daquele país e foram as responsáveis por elevar a China à posição em que se encontra atualmente, como uma das mais influentes economias mundiais, competindo diretamente com os Estados Unidos.

Um dos primeiros indicadores dessas mudanças apontadas é o intenso fluxo de investimentos estrangeiros que partem da China em direção a outros países, o que se dá mormente entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. Inicialmente, os investimentos eram destinados aos países asiáticos vizinhos, mas rapidamente o alcance se ampliou tendo como foco as empresas de setores estratégicos. Nesse novo cenário, as empresas chinesas passaram a se realocar em outros territórios, ao mesmo tempo em que empresas estrangeiras de áreas como, no nosso caso de interesse, o agronegócio, voltaram seu interesse ao mercado chinês e ingressaram naquele país. Conforme destaca Medeiros (1999, p. 102), o



país asiático se transformou, já nos anos 1990, no segundo maior receptor de investimentos diretos em todo o mundo.

A maior flexibilização com relação ao capital estrangeiro e as relações com a economia internacional não se deram ao acaso. A China buscava a sua inserção na Organização Mundial do Comércio (OMC), um processo que teve início no ano de 1993, e para isso precisou fazer uma série de adaptações na sua política econômica interna. O país se consolidou como um dos membros da organização no ano de 2001, ao mesmo tempo em que engrenava uma ampla política de inserção internacional que tinha como objetivo a complementação da sua produção interna de matérias-primas e, sobretudo, a ampliação do seu mercado consumidor, procurando assim novos mercados internacionais (BEIJING, 2017; HIRATUKA, 2018). Trata-se da Política *Going Global*, ou da sua primeira fase, conforme veremos mais à frente. Pode-se dizer que, com essa medida, a China se consolidou como um player na Economia Mundo.

Em se tratando das relações sino-brasileiras, a forma como o país asiático se insere no Brasil reflete as relações da China com todo o continente latino-americano a partir do final dos anos 1990, notadamente a partir de 1998. De acordo com Jenkins (2010), houve um crescimento expressivo do fluxo comercial entre os países da região e a China, ao mesmo tempo em que a nação asiática se consolidava como um importador de *commodities* (NAUGHTON, 2007; FURTADO, 2019), com grande destaque para os produtos derivados da agropecuária como as oleaginosas. Os laços entre China e a América Latina se estreitaram de forma mais concreta após a visita do então presidente chinês Hu Jintao a países do subcontinente quando da realização do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) no Chile na primeira metade dos anos 2000. Nesse período, retomando então a análise do cenário brasileiro, ocorre o fenômeno que ficou conhecido como *boom das commodities*, caracterizado pelo crescimento nos preços impulsionado pelo intenso fluxo de exportações.

Entre 1997 e 2004, o envio de produtos para a China aumentou em cinco vezes. No início do período citado, o país asiático absorvia 1 bilhão de dólares em mercadorias do Brasil. Já em 2004, o valor ultrapassou os 5 bilhões de dólares (COMEXSTAT, 2021). De produtos agropecuários em 2004, a China importava 2,39 bilhões de dólares, caracterizando assim uma participação de 8,24% nas exportações totais do setor e ocupando a terceira colocação entre os principais países importadores de derivados da agricultura, atrás somente dos Estados Unidos e dos países da União Europeia (AGROSTAT, 2021). É importante destacar ainda que desse total, 2,11 bilhões de dólares eram equivalentes aos produtos pertencentes ao complexo da soja, colocando a oleaginosa assim como carro-chefe das exportações agropecuárias brasileiras para a China desde pelo menos 2004 (idem). Considerando somente os estados do MATOPIBA, as



exportações do complexo da soja passaram de 7 milhões de dólares em média para 34 milhões de dólares entre 1998 e 2004, acompanhando assim a tendência nacional de exportações (AGROSTAT, 2021).

No que tange ao foco do presente artigo, a agricultura se tornou uma parte importante da política de internacionalização das empresas chinesas, uma vez que esse setor é descrito como um setor estratégico dentro da política de desenvolvimento chinesa (NAUGHTON, 2007). Autores como Han et. al. (2020) apresentam, entretanto, que esse fato não aparece como uma novidade nas relações estabelecidas entre a China com outros países, e desde pelo menos os anos 1950 a nação asiática busca por se inserir no setor agrícola de outros territórios. As políticas bilaterais de fato são desenvolvidas a partir dos anos 1980 (HAN et. al., 2020, p. 248), e esse fato é facilmente comprovado quando analisamos as relações sino-brasileiras.

As relações entre Brasil e China, desde os seus primórdios ainda na era do Brasil Império, incluía produtos de origem agropecuária na cesta de exportações. No entanto, sabe-se que os acordos de parceria propriamente dita nesse setor se concretizaram em meados da década de 1980 (FURTADO, 2019), coincidindo com a consolidação da China como um importador líquido de *commodities* agropecuárias. Com o advento da estratégia *Going Global*, o país asiático tinha como objetivo incrementar seus investimentos na etapa da produção de cultivos como o de algodão, borracha e de grãos, notadamente de soja (HAN et. al., 2020, p. 249). Voltada aos investimentos na produção e comercialização de soja e algodão, a *Chinatex Grãos e Óleos* foi uma das primeiras empresas chinesas a ingressarem no espaço agrário brasileiro, ainda no início dessa movimentação de empresas chinesas em direção ao exterior, no ano de 2003 (OLIVEIRA, 2015).

Não somente a saída de empresas chinesas em direção a outros países facilitou a sua inserção em outros mercados, mas concomitante a esse movimento havia o ingresso de grandes empresas do agronegócio internacional no território chinês. Scharma (2014 *apud* FURTADO, 2019) aponta para a participação direta do grupo conhecido como ABCD do agronegócio na China a partir da instalação de unidades no país asiático. A sigla faz referências às empresas ADM, *Bunge*, *Cargill* e *Louis Dreyfus*. Junto delas ingressaram também a *Noble*, a *Olan* e a *Wilmar*, que integram um segundo grupo referido pelo acrônimo NOW. Todas as sete empresas tinham como um dos seus objetivos no país a produção e o processamento de soja.

O estabelecimento dessas corporações na China ocorreu na primeira metade da década de 2000, período em que, no Brasil, se dava por definitivo a internacionalização da produção agrícola e a consolidação do MATOPIBA enquanto uma região produtora e fornecedora de *commodities* para grandes mercados, incluindo o mercado internacional. Como vimos



anteriormente, um desses mercados era justamente a China. A instalação de empresas, no território chinês, que já estavam em atuação no território nacional facilitou muito o comércio realizado entre empresas, impulsionando o fluxo de mercadorias do Brasil em direção ao país asiático (FURTADO, 2019). Na China, ganharam cada vez mais importância nesse contexto as empresas estatais do setor agropecuário, como a *China Oil and Foodstuffs Corporation* ou COFCO, e a *Chongqing Grain Group* (CGG), as principais a atuarem no Brasil no nosso período de análise, promovendo desde a compra direta de mercadorias até investimentos em terra, compreendendo propriedades na região do MATOPIBA.

Já consolidada, então, como importador de *commodities* agrícolas brasileiras, tendo como um de seus fornecedores a região do MATOPIBA, e seguindo o seu rápido crescimento interno que demandava cada vez mais matérias-primas do setor primário, há uma tentativa de se ingressar no mercado de terras brasileiro e fazer a aquisição de propriedades por parte da China. O objetivo era o cultivo agrícola, com destaque para as culturas da soja, do algodão, da cana-de-açúcar e da celulose. No MATOPIBA, Oliveira (2015 *apud* FURTADO, 2019) aponta empreendimentos no Tocantins que não tiveram continuidade. Além disso, dados do relatório sobre a aquisição de terras por estrangeiros confeccionado pela Rede DATALUTA (2015, 2016) indicam a aquisição de propriedades pela COFCO, dentre outros estados brasileiros, na Bahia. A CGG adquiriu também terras no oeste desse estado, mais precisamente em Barreiras, mas os negócios não progrediram. Pelo site LANDMATRIX foi possível mapear ainda, além dos citados, um empreendimento no município de Jaborandi, também no oeste baiano (FURTADO, 2019).

As aquisições ou tentativas de aquisição de terras por parte de empresas chinesas no Brasil visava acelerar o atendimento da demanda do país asiático, e tais ações perduraram entre os anos de 2007 e 2015 em sua maioria. O que interrompeu as compras foram principalmente a limitação da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil, que ocorreu mediante um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) em 2010, e as próprias demandas infraestruturais e burocráticas que são inerentes ao sistema nacional (OLIVEIRA, 2015; ESCHER ET. AL., 2018, FURTADO, 2019). A necessidade de se adquirir *commodities*, principalmente a soja, não cessou, e os investimentos chineses continuaram a fluir para a região do MATOPIBA. No entanto, questões atreladas à conjuntura global da economia vão transformar o padrão de investimentos diretos da China em todo o mundo, notadamente no Brasil.

O crescimento acelerado e sem precedentes pelo qual a China passava, baseado em uma política de desenvolvimento focada na industrialização e na urbanização, e cujos investimentos estatais de maior monta se direcionavam a setores como o da construção civil e de



infraestrutura, começou a dar sinais de esgotamento a partir da crise econômica mundial que teve início entre 2007 e 2008, segundo escreve Hiratuka (2018). A China foi relutante em abandonar esse modelo em um primeiro momento, o que refletiu no seu crescimento anual, que entrou em queda, e criou uma capacidade ociosa no setor de infraestrutura com o qual o país deveria agora lidar para não agravar ainda mais o cenário de crise (HIRATUKA, 2018). Para tal, foi adotado em seu 13º Plano Quinquenal o que se convencionou chamar de Política *Going Global 2.0*, adotada no ano de 2013. Essa nova política tinha como objetivo reaproveitar o grande know-how acumulado pela China em infraestrutura nas últimas décadas e a sua capacidade ociosa no setor para investir em outros países (HIRATUKA, 2018), de forma a trazer algum benefício tanto para a territorialidade foco do investimento quanto para a própria China.

Dessa política surgiu a Iniciativa *Belt and Road* (ou BRI, na sua sigla em inglês). A BRI tinha como propósito o desenvolvimento de grandes projetos na área de infraestrutura logística de forma a reconstruir antigas rotas comerciais marítimas e terrestres entre a China e países europeus, africanos e outros países asiáticos. Conforme aponta Myers (2018), entretanto, embora foco do escopo original do BRI, investimentos no setor da construção civil e infraestrutura urbana ganharam maior vulto na América Latina e foram incorporados indiretamente à iniciativa. No Brasil, o redirecionamento dos investimentos chineses já era observado desde 2010, com a crescente de projetos nos setores de energia elétrica e infraestrutura logística. Com relação ao segundo, que abrange extensas áreas do espaço agrário brasileiro, a intenção era a maior dinamização das etapas finais da cadeia produtiva e o escoamento mais eficaz do produto, de forma a suprir em tempo mais ágil a demanda interna chinesa por *commodities*. Do ponto de vista dos países receptáculos dos investimentos, Myers (2018) analisa que muitos Estados nacionais viam nessa uma oportunidade para suprir eventuais déficits infraestruturais dos seus respectivos territórios.

Conforme supracitado, a nova fase de investimentos chineses no Brasil tem como um dos focos as regiões de expansão da fronteira agrícola, como é o caso dos estados e municípios do MATOPIBA, assim como os complexos logísticos que são utilizados pelos produtores dessas áreas para o escoamento de sua produção. Ao mesmo tempo em que a China ultrapassou Estados Unidos (em 2009) e a União Europeia (entre 2012 e 2013) e se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, notadamente na importação de *commodities* agropecuárias, conforme analisado em Furtado (2019), grandes empreiteiras chinesas, muitas integrantes também do setor de estatais centrais ou estratégicas, direcionam seu capital para investimentos para a



construção de estrutura logística para áreas produtivas do Brasil, como no MATOPIBA e corredores logísticos da região.

Nesse sentido, o corredor logístico do Arco Norte, que abarca o conjunto de redes de infraestrutura de estados que compõem as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nesse contexto, chama a atenção pelo seu papel no escoamento de mercadorias para o exterior e pela conexão para com duas das principais regiões produtoras e que comercializam soja e outros gêneros agrícolas com a China, sendo uma delas os Cerrados do Centro-Norte. Um dos aspectos que faz levantar o interesse dos investidores nessa área, para além da expressividade do escoamento efetuado pelos portos que fazem parte do Arco Norte, é a utilização do transporte multimodal (CAIXETA-FILHO, PÉRA, 2020), com a conexão de hidrovias, rodovias e ferrovias.

Ainda no ano de 2015, o grupo chinês produtor de maquinários de transporte XGMA demonstrou interesse na construção da hidrovia do rio Tocantins (REDAÇÃO, 2015), que compreenderia, além do estado homônimo, trechos nos territórios maranhense e paraense. Caso se efetivasse, a hidrovia facilitaria o envio de grãos para o país asiático, principalmente, e também para outros destinos, garantindo maior eficácia na comercialização dos produtos agrícolas e, por outro lado, garantindo maior dinamismo às cadeias produtivas que fazem uso dos modais a que ela se conecta (LIMA et. al., 2020).

Duas das empresas com maior presença até então na região produtiva do MATOPIBA e nas obras de infraestrutura que atenderão diretamente as cadeias produtivas dessa área são a *China Railway Engineering Corporation* (CREC) e a *China Communications Construction Company* (CCCC). Ambas, junto do Fundo Chinês para Investimento na América Latina (CLAI-Fund), demonstraram o seu interesse na construção do Porto Sul, na cidade de Ilhéus (Bahia) e em um trecho de 537 km da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), os quais serão responsáveis pelo escoamento de *commodities* agrícolas e também de minério de ferro. O projeto ocorreria em associação com a empresa Bahia Mineração (Bamin). No entanto, mais recentemente o trecho ferroviário retornou para leilão e foi arrematado unicamente pela Bamin, que será a empresa responsável pela sua construção (WIZIACK, 2021).

Ainda no setor logístico, outro empreendimento importante e de grande vulto para a região e notadamente para a comercialização das *commodities* do MATOPIBA é o Terminal de Uso Privado (TUP) no Porto São Luís na capital do estado do Maranhão. A pedra fundamental do TUP de São Luís foi lançada no ano de 2018, e participavam das negociações e do desenvolvimento das obras as empreiteiras WTorre e a chinesa CCCC, que havia adquirido a Concremat Engenharia. O valor inicial estimado para a construção do terminal era de 1,7 bilhão



de reais, segundo noticiado pela Agência Maranhão de Notícias em 2017, e a sua efetivação, do ponto de vista econômico, traria uma série de benefícios para os produtores da região de estudo e igualmente para os importadores. Isso se deve ao fato de estar situado mais próximo de uma das principais vias marítimas do comércio internacional, que é o Canal do Panamá, embora sua travessia ainda represente custos elevados, conforme apontado por Caixeta-Filho e Péra (2020).

Do ponto de vista socioambiental, entretanto, o projeto portuário no litoral maranhense representa um enorme risco para a preservação do ecossistema local e, mais do que isso, o desamparo de centenas de famílias da comunidade do Cajueiro, que vive, há décadas, nas terras para onde estão previstas as obras e tira o seu sustento da atividade pesqueira. A resistência da população de Cajueiro data de pelo menos quatro anos antes do estabelecimento do acordo para a realização do TUP de São Luís. Desde então, seus moradores vivem sob a ameaça de remoção e passaram pelo cumprimento de reintegração de posse do local (CPT, 2019). Sabe-se, entretanto, que apesar disso não houve a concretização do projeto até o momento (LIMA ET. AL., 2020, SCARAMUZZO, 2021).

A geração e distribuição de energia elétrica é outro setor de grande relevância para a China e que tem recebido vultosos investimentos do país há mais de uma década. Em 2012, por exemplo, a companhia chinesa *State Grid* ampliou a sua atuação no território nacional e passou a investir na construção de linhas de transmissão de energia em estados do Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, além da sua participação na construção de linhas de transmissão da Usina de Belo Monte (PA) entre 2014 e 2015. As informações foram compiladas em Furtado (2019) e levantadas a partir dos boletins do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC, 2013; CEBC, 2016; KUPFER e FREITAS, 2018). A *China Three Gorges* também efetuou grandes empreendimentos no Brasil nesse mesmo período, entre 2014 e 2015, com projetos nos estados do Norte do Brasil, notadamente no Amapá e no Pará (CEBC, 2016 *apud* FURTADO, 2019). Diretamente na região do MATOPIBA, a empresa italiana Enel efetuou a venda de quatro parques eólicos situados em municípios do Piauí e da Bahia para a chinesa *China General Nuclear Power Group* (CGN), totalizando quase 3 bilhões de reais (BAHIA, 2019). Até o momento do nosso levantamento, muitas reuniões e encontros com autoridades dos estados do MATOPIBA e empresários da região estavam em curso para o avento de novos projetos e oportunidades de investimento.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os territórios brasileiro e chinês passaram por profundas transformações a partir da segunda metade do século XX. Enquanto o primeiro vivenciava um processo de reestruturação produtiva e expansão das suas fronteiras agrícolas, que culminou na formação da região produtiva do MATOPIBA, o segundo ampliava sua indústria e espaço urbano, ao mesmo tempo em que implantava medidas que permitissem sua reinserção na Economia Mundo. Ambos os processos se cruzam quando a China vê a sua demanda interna por grãos, em especial soja, crescer de forma que a oferta doméstica não é suficiente para supri-la, recorrendo assim a mercados internacionais. A América Latina e, mais precisamente o Brasil, se tornam importantes fornecedores de matéria-prima para a nação asiática e, mais do que isso, campo de investimentos diretos através das empresas chinesas de setores estratégicos. O MATOPIBA é uma das áreas exportadoras de *commodities* agrícolas, movimento esse que cresceu sobremaneira a partir de 2004 e se intensificou quando a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil na década de 2010, ultrapassando os Estados Unidos e a União Europeia.

Os investimentos iniciais da região dos Cerrados do Centro-Norte, para além da aquisição direta do produto, perpassaram pela compra de propriedades de terras por empresas chinesas. Isso deveria ampliar a produção e, assim, auxiliar no suprimento da demanda chinesa. Como vimos, no entanto, a aquisição de terras se transformou em um empreendimento passageiro em decorrência de fatores inerentes ao território nacional e a regra de compra de terras por estrangeiros no país, bem como a reorientação dos investimentos da China no país. Essa reorientação ocorre pelo agravamento dos efeitos que a crise econômica de 2008 e o esgotamento do modelo de produção chinês pautado em setores como o da construção civil e de infraestrutura. Como uma forma de contornar os efeitos deletérios da conjuntura em que estavam imersos, o 13º Plano Quinquenal trouxe a alternativa de empregar a capacidade ociosa em outros países por meios de grandes projetos de infraestrutura (HIRATUKA, 2018). Tais projetos refletiram na forma de inserção da China na região do MATOPIBA com a ampliação do interesse em empreendimentos que beneficiariam diretamente o escoamento da produção e o processo produtivo, o que acabou por aumentar a presença principalmente de empreiteiras e empresas de energia e transporte chinesas na região.

Entretanto, não se pode afirmar categoricamente de que o capital chinês é um dos principais responsáveis pelas transformações recentes no espaço dos Cerrados do Centro-Norte. Não obstante haja uma grande pressão sobre a produção (e conseqüentemente sobre as áreas produtivas) em decorrência da demanda crescente, muitos projetos de infraestrutura não



tiveram andamento ou ainda estão em fase incipiente, com exceção do terminal privado de São Luís. Um recente estudo do CEBC (CARIELLO, 2021) indica que o ano de 2020 inaugurou um padrão mais recente de investimentos, demonstrando um aumento no interesse da China na região nordeste brasileira. Com a pandemia da covid-19 e questões de ordem diplomática, entretanto, fica ainda turvo como se desenhará essa nova fase, especialmente no espaço agrícola e na região do MATOPIBA, exigindo nossos esforços de pesquisa e reflexão durante os anos que seguem.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, 360p.

BAHIA. Grupo chinês vai investir na construção e operação do Porto Sul e Fiol. Casa Civil – Governo da Bahia, 20 março 2019. Disponível em: <http://www.casacivil.ba.gov.br/1969/12/1087/Grupo-chines-vai-investir-na-construcao-e-operacao-do-Porto-Sul-e-Fiol.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BEIJING. China Going Global – Between ambition and capacity. In: **China Policy**, April 2017. Disponível em: < <https://policycn.com/wp-content/uploads/2017/05/2017-Chinas-going-global-strategy.pdf>>. Acesso em 09 jan. 2021.

CAIXETA-FILHO, José Vicente; PÉRA, Tiago Guilherme. Transport infrastructure: opportunities for a close partnership with China. In: JANK, Marcos Sawaya; GUO, Pei; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de. (Editors). **China-Brazil partnership on agriculture and food security**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2020. 428 p.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos chineses no Brasil: Histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), 2021, 75p. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>. Acesso em 25 out. 2021.

CONSELHO Empresarial Brasil China (CEBC). **Investimentos Chineses no Brasil (2014-2015)**. Novembro de 2016, 32p. Disponível em: <http://cebc.org.br/2017/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2014-2015/>. Acesso em 25 out. 2021.

CONSELHO Empresarial Brasil China (CEBC). **Investimentos Chineses no Brasil (2016)**. Maio de 2017, 30p. Disponível em: <http://cebc.org.br/2018/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2016/>. Acesso em 25 out. 2021.



CPT. Comunidade do Cajueiro é ameaçada de despejo forçado. CPT Nacional, [2019]. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/multimedia/12-noticias/conflitos/4843-comunidade-do-cajueiro-e-ameacada-de-despejo-forcado>. Acesso em 25 out. 2021.

DATALUTA. Report – Brazil 2016. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_brasil\\_en\\_2017.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_en_2017.pdf). Acesso em 25 out. 2021.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, P. 25-44.

EMPRESA chinesa assina acordo de investimento para construção de Porto em São Luís. Agência Maranhão de Notícias, 07 abril 2017. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=172139>. Acesso em 25 out. 2021.

ESCHER, Fabiano; WIKILSON, John; PEREIRA, Paulo. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. In: CEBC. **China: Direções Globais de Investimentos (2018)**, pp. 190-228. Disponível em: <http://cebc.org.br/2018/10/18/china-direcoes-globais-de-investimentos-2018/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FURTADO, Paloma Cristina Costa Guitarrara. **Agronegócio e dependência externa: análise das relações sino-brasileiras e sua influência em escala regional - o caso dos Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas: 2019, 323p.

HAN, Yiujan. LUAN, Jian. LI, Chengming. LI, Yu. The Chinese appetite for global agriculture investments: the role of Brazil. In: JANK, Marcos Sawaya; GUO, Pei; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de. (Editors). **China-Brazil partnership on agriculture and food security**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2020. 428 p.

HIRATA, Taís; MACHADO, Ana Paula. Leilão da Fiol ganha força com novos projetos ferroviários. Valor Econômico, 12 janeiro 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/01/12/leilao-da-fiol-ganha-forca-com-novos-projetos-ferroviarios.ghtml>. Acesso em 25 out. 2021.

HIRATUKA, Célio. Changes in the chinese development strategy after the global crisis and its impacts in Latin America. In: **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, pp. 1-25, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/20625>. Acesso em: 10 jan. 2021.

JENKINS, Rhys. China's Global Expansion and Latin America. In: **Journal of Latin America Studies**, 42, Cambridge University Press, 2010, pp. 809-837.

KUPFER, David; FREITAS, Felipe Rocha de; Direção do investimento chinês no Brasil 2010-2016: estratégia nacional ou busca de oportunidades. In: **China: Direções Globais de Investimentos (2018)**. CEBC, 2018, pp. 130-173. Disponível em:



<http://cebc.org.br/2018/10/18/china-direcoes-globais-de-investimentos-2018/>. Acesso em 25 out. 2021.

LIMA, Débora Assumpção e; FURTADO, Paloma Cristina Costa Guitarrara; ALVES, Vicente Eudes Lemos. O interesse das empresas chinesas no Brasil: infraestrutura, commodities mercado de terras na Região Matopiba. In: **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 10, n. 2, 2020, pp. 373-393. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/501>. Acesso em 25 out. 2021.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2019. 2ª ed. 4ª reimpressão, 187p.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um duplo polo na Economia Mundial e a recentralização da economia asiática. In: **Revista de Economia Política**, vol. 26, n. 3 (103), pp. 381-400, julho-setembro 2006.

MYERS, Margaret. Filling the Infrastructure Gap. In: **ReVista – Harvard Review of Latin America**. Latin America and Asia. Fall 2018. Disponível em: <https://archive.revista.drclas.harvard.edu/book/filling-infrastructure-gap>. Acesso em 01 out. 2021.

NAUGHTON, Berry. **The Chinese Economy: Transitions and Growth**. Massachusetts Institute of Technology, 2007, 545p.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. Chinese and Other Foreign Investments in the Brazilian Soybean Complex. In: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS), **Working Paper 9**, 2015, 36p. Disponível em: [https://www.tni.org/files/download/bicas\\_working\\_paper\\_9\\_oliveira.pdf](https://www.tni.org/files/download/bicas_working_paper_9_oliveira.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

REDAÇÃO. Grupo chinês avalia investir em hidrovia no Tocantins. *Jornal da Cana*, 01 dez. 2021. Disponível em: <https://jornalcana.com.br/grupo-chines-avalia-investir-em-hidrovia-no-tocantins/>. Acesso em 25 out. 2021.

SCARAMUZZO, Mônica. Porto da CCCC no Maranhão não sai do papel. *Valor Econômico*, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/06/30/porto-da-cccc-no-maranhao-nao-sai-do-papel.ghtml>. Acesso em 25 out. 2021.

SCHARMA, Shefali. The Need For Feed: China's Demand for Industrialized Meat and Its Impacts. In: *Global Meat Complex: The China Series*. Institute for Agriculture and Trade Policy, fevereiro 2014, 40p. Disponível em: [https://www.iatp.org/sites/default/files/2017-05/2017\\_05\\_03\\_FeedReport\\_f\\_web\\_0.pdf](https://www.iatp.org/sites/default/files/2017-05/2017_05_03_FeedReport_f_web_0.pdf). Acesso em 25 out. 2021.

WIZIACK, Julio. Sem concorrente, mineradora arremata ferrovia por lance mínimo em leilão de infraestrutura. *Folha de S.Paulo*, 08 abril 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/sem-concorrente-mineradora-arremata-ferrovia-por-lance-minimo-em-leilao-de-infraestrutura.shtml>. Acesso em 25 out. 2021.



## SITES CONSULTADOS

AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/index.htm>. Acesso em 27 out. 2021.

COMEX STAT. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em 27 out. 2021.

LAND MATRIX. Disponível em: <http://www.landmatrix.org/>. Acesso em 27 out. 2021.

MONITOR OFDI - RED-ALC. Disponível em: <https://www.redalc-china.org/monitor/>. Acesso em 10 jan. 2021.